



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA **PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 05/2025**

CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE ABAETÉ/MG

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, em atendimento aos servidores da Câmara Municipal de Abaeté, conforme especificações técnicas constantes no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 17.741,10

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 20/01/2025 às 18:00h

Até 23/01/2025 às 18:00h

PERÍODO DE LANCES

De 24/01/2025 às 08:00h

Até 24/01/2025 às 14:00h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

Sumário

- 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**
- 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**
- 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**
- 4. FASE DE LANCES**
- 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**
- 6. HABILITAÇÃO**
- 7. CONTRATAÇÃO**
- 8. SANÇÕES**
- 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA (Processo Administrativo nº 05/2025)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Abaeté/MG, por meio do seu departamento de licitações e compras, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, tendo em vista a autorização contida no art.187, da referida lei, além de demais atos normativos aplicáveis.

Data da sessão: 24/01/2025

Link: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00h

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, em atendimento aos servidores da Câmara Municipal de Abaeté, conforme especificações técnicas constantes no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens.

1.2.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema Portal de Compras públicas, disponível no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos necessários para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema, ou à Câmara Municipal, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

- 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A **partir das 08:00h** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.7.1. **O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática no horário indicado, devendo o licitante ficar atento aos segundos compensatórios que podem se estender além do tempo estipulado para o fim dos lances neste Aviso de Contratação Direta, uma vez que, para a abertura da fase de lances, que é manual, há um lapso de tempo, em segundos, entre o clique no link de abertura e a abertura efetiva dessa fase para os licitantes.**



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade das propostas classificadas em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

- 5.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances. A solicitação deverá ser atendida no prazo máximo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação e desclassificação caso não haja manifestação expressa e justificável do fornecedor.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
- 6.2.1. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada, por meio dos documentos disponibilizados na plataforma.
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Câmara Municipal, sob pena de inabilitação.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente,

7.2. Vedada a subcontratação conforme art. 122 parágrafo 2º da Lei 14133/2021.

7.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.3.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

- b) Multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e conforme regulamento.

8.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Sítio Eletrônico Oficial da Câmara Municipal, no endereço eletrônico www.camaraabaete.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Câmara Municipal na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Câmara Municipal, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
- 9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;
- 9.13.3. ANEXO III - Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 9.13.4. ANEXO IV – Modelo para Apresentação de Proposta.
- 9.13.5. ANEXO V – Minuta de Contrato.

Abaeté, 10 de Janeiro de 2025.

Wdson Pereira Trindade
Agente de Contratação



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4 Habilitação Técnica

4.1.1.1 Comprovação da experiência anterior por meio de atestado de capacidade Técnica.

4.1.1.2 A critério da Comissão de Contratação e Equipe de Apoio, em sede de diligência, poderá ser solicitado à empresa, cópias de contratos já firmados, notas fiscais, ou seja, qualquer documento que venha comprovar a veracidade das informações prestadas no(s) atestado(s), declaração (ões) ou certidão(ões), assim como a capacidade em cumprir com a logística e a viabilidade do valor ofertado.

5. DECLARAÇÕES :

5.1. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

TR – TERMO DE REFERÊNCIA (SERVIÇOS COMUNS)

O QUE SERÁ CONTRATADO?					
Item	Descrição	UNIDADE	Qntd.	**Valor Unitário Estimado	Total Estimado
1	<p>OBJETO:</p> <p>A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços especializados nas áreas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, com a finalidade de garantir a saúde e a segurança dos servidores da Câmara Municipal de Abaeté/MG, de acordo com a legislação vigente, as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, e os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em especial as Normas Regulamentadoras (NRs) e demais disposições legais aplicáveis.</p> <p>Os serviços prestados deverão atender as necessidades de saúde ocupacional e segurança no ambiente de trabalho, com a implementação e gestão de programas, laudos e procedimentos específicos que visem à promoção da saúde e à prevenção de acidentes, além do cumprimento das obrigações legais e normativas estabelecidas pelos órgãos reguladores.</p>	Mês	12	R\$ 1.455,92	R\$ 17.471,04
	<p>2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:</p> <p>A empresa contratada será responsável pela execução de um conjunto de atividades técnicas, com o objetivo de garantir a adequação da Câmara Municipal de Abaeté/MG às exigências</p>				



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

<p>legais de saúde e segurança do trabalho, contemplando as seguintes obrigações:</p> <p>2.1 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): A empresa deverá elaborar, executar, coordenar e atualizar periodicamente o PCMSO, conforme disposto na <i>NR-7</i> e na <i>Lei nº 6.514/1977</i>. O PCMSO tem como objetivo a promoção da saúde dos trabalhadores, prevenindo doenças ocupacionais, e deverá incluir exames médicos periódicos, exames admissionais, demissionais, de retorno ao trabalho, de mudança de função e outros conforme necessidade.</p> <p>2.2 Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO): A empresa deverá elaborar, implementar, acompanhar e revisar o PGR, conforme estabelecido pela <i>NR-01</i> e <i>NR-09</i>, que visa identificar, avaliar e controlar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho, garantindo a segurança dos servidores e o cumprimento das exigências legais relativas ao gerenciamento de riscos no ambiente de trabalho.</p> <p>2.3 Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT): A empresa deverá elaborar e manter atualizado o LTCAT, conforme exigido pela <i>NR-15</i> e pela <i>Lei nº 8.213/1991</i>, com o objetivo de avaliar as condições de trabalho e a exposição dos servidores a agentes nocivos, garantindo a proteção dos trabalhadores, especialmente em relação aos benefícios previdenciários.</p> <p>2.4 Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP): A empresa deverá elaborar e atualizar os PPPs dos servidores, conforme a <i>Instrução Normativa RFB nº 971/2009</i> e a <i>NR-9</i>. O PPP é um documento</p>				
---	--	--	--	--



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

<p>obrigatório que registra o histórico laboral do trabalhador, com informações sobre exposições a riscos ocupacionais, contribuindo para a obtenção de aposentadoria especial e outros benefícios previdenciários.</p> <p>2.5 Análise Ergonômica do Trabalho (AET): Deverá ser elaborada e atualizada a Análise Ergonômica do Trabalho (AET), conforme a <i>NR-17</i>, visando a adequação das condições de trabalho às necessidades dos servidores, garantindo um ambiente saudável e livre de riscos ergonômicos que possam ocasionar doenças relacionadas à má postura, movimentos repetitivos, entre outros.</p> <p>2.6 Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho: A empresa prestará assessoria contínua à Câmara Municipal de Abaeté/MG, por meio de orientações técnicas sobre os diversos aspectos relacionados à saúde e segurança no ambiente de trabalho, auxiliando na gestão de riscos, emissão de pareceres e realização de auditorias e vistorias no local de trabalho.</p> <p>2.7 Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) para o e-Social: A empresa será responsável pela gestão do Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no e-Social, incluindo a elaboração, envio e acompanhamento dos eventos relacionados à saúde e segurança dos trabalhadores, conforme estabelecido pela <i>Portaria SEPRT nº 1.134/2019</i>, garantindo o cumprimento das obrigações eletrônicas junto ao Governo Federal.</p> <p>2.8 Exames Médicos Ocupacionais e Atestados de Saúde Ocupacional (ASO): A empresa deverá realizar e emitir os Atestados de Saúde Ocupacional</p>				
--	--	--	--	--



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

<p>(ASO), realizando exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função, conforme estabelecido na NR-7. Esses exames são essenciais para garantir que o servidor esteja apto a exercer suas funções sem risco à sua saúde.</p> <p>2.9 Validação de Atestados Médicos: Deverá ser realizada a avaliação e validação de atestados médicos apresentados pelos servidores, a fim de verificar a relação entre as doenças diagnosticadas e a quantidade de dias de afastamento concedidos, assegurando o cumprimento das normas legais e a proteção dos direitos dos trabalhadores.</p> <p>2.10 Treinamentos de Segurança do Trabalho: A empresa será responsável por ministrar treinamentos periódicos aos servidores, conforme as exigências da NR-1 e outras NRs aplicáveis, com foco na prevenção de acidentes de trabalho e na promoção da saúde no ambiente de trabalho. Os treinamentos devem abordar, entre outros temas, o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), primeiros socorros e medidas preventivas.</p> <p>2.11 Elaboração de Ordem de Serviço de Segurança (OSS): A empresa deverá elaborar e manter atualizada a Ordem de Serviço de Segurança (OSS), conforme a NR-1, com o intuito de fornecer instruções claras e objetivas sobre os procedimentos de segurança que os servidores devem seguir no ambiente de trabalho.</p> <p>2.12 Controle de Equipamentos de Proteção Individual (EPI): A empresa será responsável pela elaboração e manutenção das fichas de</p>				
--	--	--	--	--



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

	<p>controle de EPIs fornecidos aos servidores, conforme estabelecido na NR-6, garantindo que todos os EPIs sejam adequadamente fornecidos, utilizados e conservados.</p>				
	<p>3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</p> <p>3.1 Profissionais Qualificados: Os serviços devem ser prestados por profissionais qualificados, com formação e registro nos respectivos conselhos profissionais, em conformidade com as exigências legais estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outras autoridades competentes. A empresa contratada deverá assegurar a capacitação contínua de sua equipe técnica, conforme as demandas da legislação.</p> <p>3.2 Atendimento às Normas Legais e Regulamentares: A empresa contratada deverá cumprir integralmente a legislação vigente, incluindo as disposições da <i>Lei nº 6.514/1977</i> (que dispõe sobre a segurança e medicina do trabalho), a <i>NR-1</i> (Disposições Gerais), a <i>NR-7</i> (PCMSO), a <i>NR-9</i> (Programas de Prevenção de Riscos Ambientais), a <i>NR-17</i> (Ergonomia), entre outras que forem aplicáveis à atividade desempenhada, além das orientações do e-Social para a área de Saúde e Segurança do Trabalho.</p> <p>3.3 Relatórios e Laudos Técnicos: A empresa deverá apresentar relatórios e laudos técnicos detalhados sobre a execução das atividades, bem como sobre os resultados dos exames e treinamentos realizados, em formato e</p>				



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

	prazos acordados com a Câmara Municipal de Abaeté/MG.				
	<p>4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:</p> <p>A contratação visa garantir a implementação das melhores práticas de segurança e saúde do trabalho, conforme a legislação vigente, proporcionando um ambiente de trabalho seguro e saudável aos servidores da Câmara Municipal de Abaeté/MG. Além disso, objetiva-se assegurar o cumprimento das obrigações legais junto aos órgãos competentes, especialmente no que tange ao e-Social, garantindo que a Câmara esteja em total conformidade com as exigências do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.</p>				
	<p>Esta especificação visa detalhar as exigências e os serviços necessários para a adequada gestão da saúde e segurança no trabalho, garantindo um ambiente seguro para todos os servidores da Câmara Municipal de Abaeté/MG e atendendo integralmente à legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho.</p>				
VALOR GLOBAL ESTIMADO**					R\$ 17.471,04

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de serviços especializados nas áreas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, com o objetivo de garantir a saúde e segurança dos servidores da Câmara Municipal de Abaeté/MG, em conformidade com as leis e regulamentações vigentes, incluindo a **Lei nº 6.514/1977**, a **NR-1 (Disposições Gerais)**, a **NR-7 (PCMSO)**, a **NR-9 (PPRA)**, a **NR-17 (Ergonomia)**, a **Lei nº 8.213/1991**, a **Portaria SEPRT nº 1.134/2019**, além das normas aplicáveis do **e-Social**, conforme as atualizações de 2025.

Os serviços deverão garantir a adequação da Câmara Municipal de Abaeté/MG às exigências legais de saúde ocupacional e segurança no trabalho, promovendo um ambiente seguro e saudável, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais, e assegurando o cumprimento das obrigações legais junto aos órgãos competentes.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada será responsável pela execução de serviços técnicos especializados nas seguintes áreas, conforme as Normas Regulamentadoras e a legislação vigente:

2.1. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)

A empresa deverá elaborar, executar, coordenar e atualizar periodicamente o PCMSO, conforme a **NR-7** e a **Lei nº 6.514/1977**, visando à promoção da saúde dos servidores, à prevenção de doenças ocupacionais e ao cumprimento das exigências legais para a realização de exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais.

2.2. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO)

Elaboração, implementação, acompanhamento e revisão do PGR e GRO, conforme as **NR-01** e **NR-09**, com o objetivo de identificar, avaliar e controlar os riscos ocupacionais presentes no ambiente de trabalho, garantindo a segurança dos servidores e atendendo as disposições legais relacionadas ao gerenciamento de riscos.

2.3. Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT)

A empresa deverá elaborar e manter atualizado o LTCAT, conforme a **NR-15** e a **Lei nº 8.213/1991**, com o objetivo de avaliar as condições ambientais de trabalho e a exposição dos servidores a agentes nocivos, fornecendo subsídios para o reconhecimento de condições insalubres e para o cumprimento das normas previdenciárias.

2.4. Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)

Elaboração e atualização dos PPPs, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 971/2009** e a **NR-9**, com o objetivo de registrar o histórico ocupacional dos servidores e as exposições a riscos ao longo de suas atividades, contribuindo para a obtenção de aposentadoria especial e outros benefícios previdenciários.

2.5. Análise Ergonômica do Trabalho (AET)

A empresa deverá elaborar e atualizar a AET, conforme a **NR-17**, a fim de adequar as condições de trabalho às necessidades fisiológicas e psicológicas dos servidores, prevenindo doenças relacionadas à ergonomia, como lesões por esforço repetitivo e distúrbios posturais.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

2.6. Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho

Prestação de assessoria contínua à Câmara Municipal de Abaeté/MG, com orientações técnicas sobre a gestão de saúde e segurança no trabalho, incluindo pareceres técnicos, auditorias e vistorias no ambiente de trabalho, para garantir a conformidade com as normas de segurança.

2.7. Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) para o e-Social

Responsabilidade pela gestão do Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no **e-Social**, conforme a **Portaria SEPRT nº 1.134/2019** e demais disposições legais aplicáveis, incluindo a elaboração, envio e acompanhamento de eventos relacionados à saúde e segurança dos trabalhadores.

2.8. Exames Médicos Ocupacionais e Atestados de Saúde Ocupacional (ASO)

Realização e emissão dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), conforme a **NR-7**, incluindo exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de mudança de função e retorno ao trabalho, com o objetivo de garantir a aptidão dos servidores para o exercício de suas atividades, sem riscos à saúde.

2.9. Validação de Atestados Médicos

A empresa deverá realizar a validação dos atestados médicos apresentados pelos servidores, verificando a relação entre o diagnóstico e os dias de afastamento concedidos, assegurando que os afastamentos sejam adequadamente justificados e conforme as normas legais.

2.10. Treinamentos de Segurança do Trabalho

Ministração de treinamentos periódicos conforme as exigências da **NR-1** e outras NRs aplicáveis, com foco na prevenção de acidentes de trabalho, uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), primeiros socorros e medidas preventivas.

2.11. Elaboração da Ordem de Serviço de Segurança (OSS)

A empresa será responsável pela elaboração, implementação e atualização das Ordens de Serviço de Segurança (OSS), conforme a **NR-1**, para garantir que os servidores tenham conhecimento dos procedimentos de segurança e das normas a serem seguidas.

2.12. Controle de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

A empresa será responsável pela elaboração e manutenção das fichas de controle de EPIs fornecidos aos servidores, conforme a **NR-6**, garantindo que todos os EPIs sejam adequadamente fornecidos, utilizados e conservados.

3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Profissionais Qualificados

Os serviços devem ser executados por profissionais devidamente qualificados e registrados nos conselhos profissionais competentes, em conformidade com as exigências legais estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outras autoridades competentes.

3.2. Atendimento às Normas Legais e Regulamentares

A empresa contratada deverá cumprir integralmente a legislação vigente, incluindo as disposições da **Lei nº 6.514/1977**, **NR-1**, **NR-7**, **NR-9**, **NR-17**, e as orientações do e-Social, bem como atender às atualizações e normativas de 2025.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

3.3. Relatórios e Laudos Técnicos

A empresa deverá apresentar relatórios e laudos técnicos detalhados sobre a execução das atividades, conforme os prazos acordados, com informações claras sobre os resultados dos exames, treinamentos e demais ações realizadas.

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa garantir que a Câmara Municipal de Abaeté/MG implemente as melhores práticas de segurança e saúde do trabalho, em conformidade com as normativas legais vigentes, garantindo um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os servidores, além de assegurar o cumprimento das obrigações legais junto aos órgãos reguladores, com destaque para as exigências do **e-Social**.

5. QUANTITATIVO DE SERVIÇOS E EQUIPES

Os serviços deverão ser prestados para todos os servidores da Câmara Municipal de Abaeté/MG, conforme a tabela de lotação e carga horária descrita a seguir.

Unidade de Assessoria	Cargo/Denominação	Lotação	Carga Horária Semanal
Secretaria Administrativa	Técnico Administrativo	2	30 horas
Secretaria Administrativa	Agente de Serviços Gerais	1	30 horas
Coordenadoria Legislativa	Auxiliar de Serviços Gerais	1	30 horas
Secretaria Administrativa	Assistente Legislativo	1	30 horas
Gabinete da Presidência	Agente de Serviços Administrativos	1	30 horas
Contabilidade	Assistente Técnico Contábil	1	30 horas
Coordenadoria Administrativa	Coordenador Administrativo	1	30 horas
Coordenadoria Legislativa	Coordenador Legislativo	1	30 horas
Procuradoria Jurídica	Procurador Jurídico	1	20 horas
Assessor Jurídico do CAC	Assessor Jurídico do CAC	1	30 horas

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Proposta Comercial

A proposta comercial deverá ter validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua apresentação.

6.2. Fornecimento e Execução dos Serviços

A Câmara Municipal de Abaeté/MG se reserva o direito de rejeitar os serviços executados em desacordo com o objeto deste Termo de Referência, podendo aplicar penalidades previstas em lei, incluindo a rescisão contratual.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

6.3. Forma de Pagamento

O pagamento será efetuado em até 12 (doze) parcelas mensais, conforme o valor estipulado no contrato, por meio de depósito bancário, boleto ou cheque, após a apresentação de nota fiscal regularizada.

6.4. Cumprimento das Obrigações Legais

A empresa contratada é responsável por todas as obrigações fiscais, trabalhistas e legais decorrentes da execução do contrato, sendo vedado qualquer pagamento além do acordado, salvo expressa determinação contratual ou legal.

Este Termo de Referência visa garantir o cumprimento integral das exigências legais relacionadas à segurança e saúde no trabalho, conforme a legislação vigente em 2025, assegurando que todos os servidores da Câmara Municipal de Abaeté/MG trabalhem em um ambiente seguro, saudável e em conformidade com as obrigações legais estabelecidas.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<p>() Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, , da Lei Federal Nº 14.133/21.</p> <p>(x) Dispensa de licitação em razão do valor*, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica, se assim estiver regulamentado.</p> <p>() Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, , da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>() Pregão eletrônico.</p>
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<p>(x) Menor Preço</p> <p>() Maior desconto.</p>
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<p>() Sim. Justifique: (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).</p> <p>(x) Não.</p>
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<p>(x) Sim</p> <p>Por quê? (A exigência de habilitação técnica deve ser justificada).</p> <p>() Não.</p>



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	(<input checked="" type="checkbox"/>) Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. (x) Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional. Justificativa: (Justifica o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar).
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	(<input type="checkbox"/>) Sim Especificar: (indicar o critério) (x <input type="checkbox"/>) Não
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	(<input type="checkbox"/>) Sim Especificar: (Somente é possível definir os riscos se a etapa "análise de risco" tiver sido realizada. Nessa hipótese, os riscos devem ser especificados neste campo). (<input checked="" type="checkbox"/>) Não
HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?	(x <input type="checkbox"/>) Não
COMO O SERVIÇO É PRESTADO?	(<input type="checkbox"/>) O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço. (<input checked="" type="checkbox"/>) O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.
LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	O serviço deve ser prestado no endereço da contratada com visitas técnicas a sede da contratante se necessário.
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	12 MESES
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. (<input type="checkbox"/>) Não.
FORMA DE PAGAMENTO	Meio: Ordem bancária Onde? Conta corrente da contratada no Qual o prazo? Até 5 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada. Prova de regularidade fiscal A regularidade fiscal pode ser provada pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não há.
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.
---	--

Abaeté, 10 de Janeiro de 2025.

Wesley Lucas da Silva
Coordenador Administrativo



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

ANEXO IV – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

À CÂMARA MUNICIPAL DE ABAETÉ/MG

A Empresa, inscrita no CNPJ (CGC)/MF sob nº, instalada na (endereço completo), telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), apresenta proposta para:

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1		Um	01		

- a.** Valor global numérico e por extenso: ____
- b.** Validade da Proposta: _ dias (não inferior a 60 dias).
- c.** Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco _ Agência Conta Corrente nº .
- d.** Declaramos que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.
- e.** Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência.

Local e data

Nome, RG/CPF, assinatura do representante da empresa e identificação do cargo



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

ANEXO XV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ABAETÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de ABAETÉ, Estado de Minas Gerais, à Praça Juscelino Kubitscheck, nº 99, Centro, CEP: 35.620-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.922.217/0001-66, neste ato representado pela Presidente Sra. Vera Lúcia Pereira Galdino, brasileira, solteira, portadora da CI/RG nº MG XX.535.XXX, inscrito no CPF sob nº XX.874.206-XX, residente e domiciliado na Rua Gonçalves da Rocha, nº 47, Bairro São Pedro, Abaeté – MG, CEP 36.320-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada na _____, neste ato representada por _____ portador do CI/RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, doravante denominada CONTRATADA, regido pela Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 13.709/2018 – LGPD, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório nº xx/2024, Dispensa de Licitação nº xx/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, em atendimento aos servidores da Câmara Municipal de Abaeté, conforme especificações técnicas constantes no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital de Dispensa Eletrônica, Termo de referência e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1 O prazo de vigência deste Contrato é de **12 (cinco) meses**, com início na data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1 O valor do presente Contrato é de R\$.....(valor por extenso).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações abaixo discriminada.

3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00012

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento e aprovação da Nota Fiscal, devendo a nota fiscal conter as seguintes informações:

5.2. Na impossibilidade de realizar o pagamento no modo alhures, este será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o Setor contratante atestar a execução do objeto do contrato através do **Termo Definitivo de Recebimento**, observado o artigo 140 da Lei Federal 14.133/2021.

5.4. Se a Nota Fiscal ou Fatura for apresentada em desacordo ao contratado ou com irregularidades, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a Contratada providencie as medidas necessárias a sua regulamentação formal, não implicando qualquer ônus para a Administração.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação, não cabendo a esta pleitear reajuste de preço, atualização monetária ou quaisquer outros direitos que entender cabível.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas na Lei 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1 O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 10 dias úteis.

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 10 dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

9. CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO.

9.1. De modo a resguardar a efetiva execução do objeto e, conseqüentemente, suprir a necessidade apresentada perante o presente procedimento de contratação, tem-se nomeados os seguintes servidores para gestão e fiscalização do contrato: Hugo Santana Januário.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente termo;
- 11.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.1.3.** Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, se for o caso;
- 11.1.5.** Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente termo.

11.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.2.1.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, se for o caso, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 11.2.2.** Efetuar a prestação dos serviços do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo e seus anexos, se for o caso, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a descrição dos serviços prestados;
- 11.2.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
- 11.2.4.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o objeto/serviço com avarias, defeitos ou em desacordo com a descrição constante do item 2;
- 11.2.5.** Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.2.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo.
- 11.2.7.** Cumprir com as exigências de reserva de cargo prevista em Lei, bem como em outras normas específicas para pessoas com deficiência para reabilitação da Previdência Social e para aprendiz.
- 11.2.8.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

cinco por cento) do valor contratado;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. A apuração das Infrações e Sanções Administrativas observará os termos da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no site da Câmara Municipal de Abaeté, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Abaeté/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Abaeté _____ de _____ de 2025

Vera Lucia Pereira Galdino
P/ Contratante

xx
P/ Contratada

Testemunha 01: _____

Testemunha 02: _____